



ARTIGOS / ARTICLES

CONSTRUÇÕES IMAGINÁRIAS SOBRE A CATEGORIA “GÊNERO” NO CONTEXTO DO CONSERVADORISMO POLÍTICO RELIGIOSO NO BRASIL DOS ANOS 2010

*Imaginary Constructions on the Category of “Gender” in the Conservative
Politico-Religious Context of Brazil in 2010*

Magali do Nascimento Cunha *

RESUMO: As transformações no campo político, com a presença mais ativa de grupos religiosos atuantes em reação a pautas que ampliam direitos de mulheres e da população LGBTI, são marcas do Brasil nos anos 2000. Um dos mais expressivos casos relacionados a esta dinâmica é a construção imaginária dos grupos religiosos conservadores em torno da categoria “gênero”, resultante na criação da noção de “ideologia de gênero”, como inimiga a ser combatida no campo político, e é o objeto deste estudo. Para isto, será desenvolvida inicialmente uma revisão da compreensão de “gênero” como categoria científica analítica e das políticas públicas que provocaram a emergência de movimentos religiosos reacionários. Em um segundo momento se discutirá a criação da noção de “ideologia de gênero” e sua propagação, com base no conceito de construção do imaginário coletivo pela linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Religião. Política. Conservadorismo. Imaginário.

ABSTRACT: The transformations in the political field, with the more active presence of religious groups acting in response to projects that expand the rights of women and the LGBTI population, are highlights in the Brazilian context in the

* Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, Brasil.

year 2000. One of the most expressive cases related to this dynamic is the construction of the imaginary of conservative religious groups around the “gender” category, resulting in the creation of the notion of “gender ideology”, as an enemy to be fought in the political field, and is the object of this study. For this, a review of the understanding of “gender” as an analytical scientific category and of the public policies that provoked the emergence of reactionary religious movements will be developed initially. In a second moment the article will discuss the creation of the notion of “gender ideology” and its propagation, based on the concept of collective imaginary construction by language.

KEY-WORDS: Gender. Religion. Politics. Conservadorism. Imaginary.

Introdução

A intensa presença dos evangélicos na esfera política brasileira, nas duas primeiras décadas do século 21, tem sido alvo de estudos e pesquisas no campo das ciências humanas e sociais, pois representa uma transformação sem precedentes na relação religião-política no Brasil, com significativos efeitos no relacionamento entre católicos e evangélicos. A antiga postura de isolamento do segmento evangélico com relação à participação política – antes interpretada como algo “do mundo”, identificado a paixões terrenas – se revela superada e substituída por ideais referentes à participação e visibilidade na vida pública, que podem ser resumidos na formulação “irmão vota em irmão”. A bancada evangélica, nos anos 2000, se consolidou como força, o que resultou na criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em 2003. Até 2010, esses parlamentares não eram identificados como conservadores do ponto de vista sociopolítico e econômico. Seus projetos raramente interferiam na ordem social: se revertiam em “praças da Bíblia”, criação de feriados para concorrer com os católicos, benefícios para templos. O perfil dos partidos aos quais a maioria desses políticos está afiliada reflete isto, bem como recorrentes casos de fisiologismo.

Na legislatura iniciada em 2011, entretanto, um forte conservadorismo moral passou a acentuar a atuação da FPE, que trouxe para si o mandato da defesa da família e da moral cristã contra a plataforma dos movimentos feministas e de homossexuais, valendo-se de alianças com parlamentares católicos, diálogo historicamente impensável, especialmente da parte dos grupos pentecostais, que são o segmento predominante na bancada (CUNHA, 2016). Esta aproximação conveniente se reflete nos anos 2010, na alteração da composição da FPE e na formação da Frente Parlamentar Católica no Congresso Nacional, contendo, ambas, integrantes dos dois grupos cristãos registrados.

Esta nova plataforma, que envolve articulação e diálogo entre políticos e lideranças evangélicas e católicas tem representado, fundamentalmente, uma reação aos avanços nos direitos sociais estabelecidos no Brasil a partir de 2003, com a entrada do Partido dos Trabalhadores no governo federal, com a Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. Este reacionarismo tem como alvo, principalmente, os direitos das mulheres e da população LGBTI, grupos que têm sido interpretados por segmentos conservadores como alvos a serem combatidos por representarem um processo de “destruição da família”, considerada como base da sociedade e da vida (MACHADO, 2006).

Os movimentos por direitos acabam sendo identificados como inimigos. Às mulheres que rompem com a compreensão tradicional do seu lugar na família e na sociedade, é atribuída a culpa pela “destruição da família”, porque buscam mais estudo, trabalho e atuação na sociedade, liderança de processos, controle da natalidade. Com isso, os grupos religiosos reacionários pregam que as mulheres retornem para dentro dos lares, para se casarem e viverem para agradar seus maridos e filhos. A população LGBTI é acusada de igual modo de “destruir a família” por suas práticas classificadas como “sodomitas”, “pervertidas”. É identificado também como inimigo em todo este processo o Partido dos Trabalhadores (PT), por ter aberto o caminho para a ampliação de direitos das mulheres e de LGBTIs quando assumiu o poder executivo nacional em 2003.

Entre esses grupos predominam os religiosos, católicos e evangélicos, que têm representantes entre deputados e senadores do Congresso Nacional e trabalham na oposição aos direitos conquistados pelos movimentos de mulheres e LGBTIs, que classificam como esquerdopatas, “feminazis”, “gayzistas” e “ditadura gay”.

Um dos mais expressivos casos relacionados a esta dinâmica aqui descrita é a construção imaginária dos grupos religiosos conservadores em torno da categoria “gênero”, resultante na criação da noção de “ideologia de gênero”, consagrada entre esses grupos, com a contribuição das mídias (não só as religiosas mas as noticiosas, seculares), como inimiga a ser combatida. A construção imaginária em torno do que se configurou como “ideologia de gênero” é o objeto deste estudo. Para isto, será desenvolvida inicialmente uma revisão da compreensão de “gênero” como categoria científica analítica e das políticas públicas implementadas no Brasil no decorrer do século 20, mais intensamente na virada para o século 21, que provocaram a emergência de movimentos religiosos reacionários. Em um segundo momento se discutirá a criação da noção de “ideologia de gênero” e sua propagação, com base no conceito de construção do imaginário coletivo pela linguagem.

1 Gênero, uma categoria científica

Homens e mulheres são seres humanos dotados de diferenças biológicas. Os agrupamentos sociais, os povos, ao longo da história da humanidade, construíram modos de vida (culturas) que determinaram papéis específicos para machos e fêmeas/homens e mulheres. E nesse estabelecimento de papéis foi conformada a cultura do patriarcado. Nela, a estruturação e a organização da vida coletiva são baseadas no poder masculino (patriarca), concretizado na figura do pai, dos irmãos, dos tios, do marido, dos filhos. Isto é, determina-se que a base da organização social está no poder do homem como líder, como reprodutor da espécie, como provedor da família. O poder do homem se justifica por representar o ser com mais força física e mais inteligência e capacidade de gerir processos coletivos. A mulher tem, neste modo de vida, seu próprio papel: participar da reprodução da espécie com a gestação, cuidar da sua cria, cuidar da família, em especial da moradia que a abriga. Por ser considerada mais frágil e dotada de menor inteligência e capacidade nas dinâmicas sociais, a mulher é destinada a cuidar e servir.

Foi assim que homens e mulheres passaram a percorrer caminhos diferentes quanto à constituição física e psíquica, à construção de valores, crenças, hábitos, comportamentos, preferências, imagem corporal, realização de trabalhos, entre outros elementos da vida humana. Como consequência, o ato sexual se consolida como uma prática cujo objetivo exclusivo é a procriação, sendo os filhos a continuidade da família e sua herança. A dimensão da sexualidade relacionada à realização plena da pessoa e ao prazer é descartada e classificada como perversão e desvio do objetivo maior. Resultado disso é o reforço da submissão da mulher ao poder do homem e a repressão/o controle dos corpos das mulheres. Por isso, mulheres aprendem a ser femininas e submissas, do lar, e são controladas nisto, e também os homens são cobrados na manutenção de sua masculinidade. Emergem ainda a exploração sexual, a opressão do trabalho da mulher, a discriminação das mulheres que rompem com o papel de dominação, a discriminação dos homens que se solidarizam com as mulheres e que se identificam com o feminino.

O questionamento desta lógica tem lugar nas sociedades ocidentais, marcadamente na Revolução Francesa, por meio das noções de cidadania, igualdade, liberdade, que deflagram processos de transformação na compreensão de família e no direito de família, com a inserção da dimensão da afetividade (PÉRONNET, 1988). Passa-se a questionar os casamentos forjados por interesses das famílias, muitas vezes baseados no econômico-financeiro, bem como a venda que os “patriarcas” faziam das filhas, controladas por meio do dote.

Os movimentos feministas dos séculos 19 e 20 consolidam este processo que passa a ser fundamentado por teorias das ciências humanas, sociais

e biológicas, como a Psicanálise (estudos de Sigmund Freud); pela desnaturalização do poder sobre o corpo (teorias de Michel Foucault); pela emergência do conceito de gênero para além de feminino e masculino, como categoria científica analítica (com gênese em reflexões como a da filósofa Simone de Beauvoir – “Não se nasce mulher; torna-se mulher”); pelo desenvolvimento da biociência (separação da sexualidade da reprodução humana e da pílula anticoncepcional) (ALVES, PITANGUY, 1991).

Do fortalecimento dos movimentos feministas pelos direitos das mulheres ao próprio corpo, ao próprio destino e à participação sociopolítica foi um passo para a emergência dos movimentos homossexuais (LGBTI – de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais), a consolidação da noção de homoafetividade e a busca por direitos sexuais, que têm marcado o século 21 em todos os continentes.

Um dos pioneiros nessa concepção, o psiquiatra Robert Stoller, por meio do livro “Sex and Gender” [1968] (*apud* MORAES, 1998), fez uso da palavra “gênero” de forma distinta à palavra “sexo”. Stoller discutia na obra o tratamento de pessoas consideradas intersexuais e transexuais que buscavam intervenções cirúrgicas para ajustar a anatomia genital (o que ele considerava como sexo) à sua identidade sexual (que ele considerava como gênero). Para o psiquiatra, pessoas com anatomia sexual fêmea identificavam-se (sentiam-se como) homens; o mesmo com pessoas com anatomia sexual macho que se identificavam como mulheres. Stoller considerou em seus estudos o “sentimento de ser mulher” e o “sentimento de ser homem” como a identidade de gênero que não coincidia com o “sexo”.

As abordagens em torno da categoria “gênero” foram determinantes para a compreensão do que representa sexo (anatomia/biologia – homem e mulher/macho e fêmea) e do que representa gênero (masculino/feminino como significados culturais, sociais e históricos – os papéis). Daí as noções de orientação sexual (relacionada à afetividade, à sexualidade, ao prazer e ao desejo) e de identidade de gênero (à autoidentificação/definição do indivíduo – homens/mulheres masculinos/femininos).

Nesse sentido, a noção de “gênero” se consolida como categoria de análise, que confronta a oposição binária universalizada e atemporal entre homem e mulher com base no referencial biológico (anatomia/sexo). A historiadora estruturalista Joan Scott torna-se referência nesses estudos ao compreender a noção como um saber sobre as diferenças sexuais estreitamente vinculado às relações de poder (SCOTT, 1995). Scott afirma que gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais. Essas diferenças são pensadas e hierarquizadas dentro de estruturas sociais binárias, por isso são símbolos e significados sobre o que é ser homem e mulher construídos com base no que se percebe como diferença.

Daí gênero ser uma categoria científica analítica: por meio dela, é possível estudar os significados e sentidos estabelecidos sobre os gêneros masculino e feminino, a partir do questionamento do que é ser “homem” e do que é ser “mulher”, para além de categorias fixas, concebidas previamente. Nesse sentido, não é o sexo que determina a compreensão da vida mas o gênero. E isto pode ser identificado nitidamente, segundo Joan Scott, na linguagem e nos discursos, por meio dos quais grupos sociais nomeiam todas as coisas com as quais lidam, e por meio dos quais dão sentido à sua existência coletiva, constroem sua cultura. Tudo que faz sentido, que significa, é nomeado por gênero (masculino e feminino) ainda que haja elementos que sejam assexuados. Aqui reside a ideia de que as diferenças identificadas nos comportamentos de homens e mulheres não são atreladas ao “sexo” (biologia) mas sim ao gênero e, portanto, à cultura. A partir daí é possível compreender “como as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas” (SCOTT, 1994, p. 14).

Há releituras críticas desta compreensão por parte de vários estudiosos, uma vez que novos estudos em torno do tema emergem nas diferentes ciências. Fato é que “gênero” se consolidou como categoria científica analítica questionadora das categorias fixas, concebidas historicamente pelo patriarcado sobre o que é ser “homem” e o que é ser “mulher”, o que permite conceber a homossexualidade e a homoafetividade nesta dinâmica.

Neste ponto, importa registrar que a academia, de fato, passou a refletir o que se configurava como um processo sócio-histórico e cultural que adquire contornos políticos cada vez mais intensos com o passar das décadas. As transformações provocadas por este processo no Brasil serão objeto de atenção do próximo item deste estudo.

2 Gênero e políticas públicas no Brasil

As transformações em torno de gênero no tocante a políticas públicas são muito recentes no Brasil. Basta recordar que o direito ao voto foi conquistado pelas mulheres apenas em 1932 (há menos de um século) e que o divórcio direto foi aprovado apenas em 1977. Até 1962, as mulheres casadas eram consideradas incapazes e só podiam trabalhar fora de casa se o marido permitisse. Isso foi uma limitação imposta pelo Código Civil de 1916 e só alterada em 1962, depois de tramitar por 10 anos. A Constituição Brasileira de 1988 reconheceu direitos trabalhistas, como a estabilidade da gestante e licença-maternidade de quatro meses (o salário-maternidade foi reconhecido em 1943), a assistência gratuita de filhos até seis anos em creches e pré-escolas; berçários nas empresas com mais de 30 mulheres.

Em relação ao corpo da mulher, o Código Civil, revisto em 1962, deixa de considerar o “defloramento desconhecido” como motivo para que um pai deserdasse uma filha e para que um marido pedisse a anulação de casamento. Até então, a mulher “deflorada” (desvirginada) de forma desconhecida era considerada “desonesta”. Porém, o Código não corrigiu os artigos 178, 218 e 219 que consideram o defloramento da mulher, ignorado pelo marido, como motivo para anulação do casamento (Lei nº 4121, de 1962).

Desde o Código Penal de 1940 considera-se crime a prática do aborto, exceto quando não há outro meio de salvar a vida da gestante (aborto necessário). Apesar desse direito, há mais de 70 anos garantido pela legislação nacional, as mulheres que desejam recorrer à prática do abortamento nas condições legalmente autorizadas encontram inúmeros obstáculos. A lei foi ampliada apenas em 2012, para considerar permitido o aborto se o feto for anencefálico, ou se a gravidez é resultante de estupro (aborto sentimental consentido) – lei alterada por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2012, depois de sete anos de processo. Foi concedido ainda direito ao aborto pelo Sistema Único de Saúde (SUS) sem a necessidade de autorização judicial para o procedimento/sem necessidade de boletim de ocorrência para ter o direito garantido.

As mulheres engajadas na luta por direitos sexuais e reprodutivos nos anos de ditadura civil-militar (1964-1985) enfrentaram repressão, perseguição e violência do regime. Muitas foram exiladas em outros países, principalmente nos europeus. Algumas dessas mulheres retornaram ao Brasil trazendo a experiência do movimento feminista europeu. Por isso, o contexto da abertura política pós-ditadura tornou possível o fortalecimento dos movimentos feministas nos anos 1980. Violência doméstica passa a ser o centro dos discursos. Grupos feministas chamados SOS Mulher foram também criados por todo o país. No governo do presidente José Sarney (1985-1989) foi criado, em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) que teve papel importante na inclusão de 80% das reivindicações dos movimentos de mulheres na Constituição de 1988 (SANTOS, 2010).

A criação das delegacias de mulheres são um destaque do período pós-ditadura, no plano estadual. O governador Franco Montoro (1982-1985), havia criado, em 1983, o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) do país e, em resposta às críticas sobre o atendimento policial a mulheres em situação de violência, foi desenvolvida a ideia da criação de uma Delegacia da Mulher, composta por policiais do sexo feminino e especializada em crimes contra mulheres. Em agosto de 1985 foi inaugurada a “Primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher” do Brasil e da América Latina (Decreto nº 23.769/1985). No entanto, a violência permanecia na esfera cível e não criminal. Só em 2006 a Lei Maria da Penha

(Lei n. 11340/2006) mudou isto, quando determina mecanismos para coibir a violência familiar e doméstica contra as mulheres.

Foi a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) e a Presidente Dilma Rousseff (2011-2016), quando foram criadas secretarias de Direitos Humanos e Minorias e de Política para Mulheres ligadas à Presidência da República, com status de ministérios, que vão alavancar políticas de gênero. Resultados:

(a) O Código Civil reconhece o poder familiar exercido e não “chefio e pátrio poder” e substituiu a palavra homem pela palavra pessoa (2003). A família deixa de ser constituída apenas pelo casamento. Homens também podem adicionar o sobrenome da mulher ao seu.

(b) A Lei Maria da Penha que cria mecanismos para a superação do controle do corpo da mulher pelos “patriarcas” por meio da punição mais ampla à agressão física de mulheres (2006). Criação do Ligue 18 para denúncias de violência contra mulheres.

(c) Atendimento imediato às mulheres vítimas de violência sexual, em toda rede pública de saúde; reconhecimento da violência sexual como “qualquer forma de atividade sexual não consentida” e que vítimas de estupro poderão receber “medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez resultante de estupro” (pílula do dia seguinte) e terão direito a diagnóstico e tratamento das lesões no aparelho genital, amparo médico, psicológico e social; profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis, realização de exame de HIV e acesso a informações sobre seus direitos legais e sobre os serviços sanitários disponíveis na rede pública: Lei nº 12.845/2013.

(d) Criação da Casa da Mulher Brasileira para atendimento de diferentes demandas de mulheres nos seus direitos no campo da saúde, da justiça (2015).

(e) Reconhecimento do feminicídio como crime hediondo: Lei nº 8.072/2015 que é parte do Código Penal.

(f) Avanços nas questões trabalhistas como os amplos direitos concedidos às empregadas domésticas: Lei Complementar nº 150/2015.

Movimentos pelos direitos das mulheres, no entanto, demandam mais espaço para temas que não têm sido defendidos nos espaços legislativos e executivos do poder público, especialmente no que diz respeito aos direitos reprodutivos.

No que diz respeito aos cidadãos e cidadãs LGBTI no Brasil, ainda que a homossexualidade não seja considerada crime desde 1830 e que o Conselho Federal de Psicologia tenha retirado a orientação sexual homoafetiva da lista de patologias em 1985, antes mesmo da Organização Mundial de

Saúde (1990), apenas nas últimas duas décadas é que o País tem se aberto à questão dos direitos.

O marco é o Projeto de Lei nº 1.151/1995, da deputada Marta Suplicy, na época do PT, que trata do reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo, e institui a união civil entre pessoas do mesmo sexo. A Comissão Especial que estudou o projeto o aprovou no final de 1996. Ainda que várias tentativas de colocá-lo em pauta tenham sido efetuadas, o projeto nunca chegou a ser votado em plenário.

Esta atitude de indiferença do Legislativo à causa da cidadania LGBTI, fez com que pessoas recorressem ao Judiciário. O ano de 2004 é paradigmático: o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul determina aos Cartórios de Títulos e Documentos que registrem uniões homoafetivas, o que foi ratificado pelo STF em 2011. O órgão equiparou as relações entre pessoas do mesmo sexo à de união estável, o que permite que tenham acesso a heranças e pensões (alimentícia ou por morte), além do aval de se tornarem dependentes em planos de saúde e de previdência. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça emitiu a Resolução nº 175 que proíbe que os cartórios recusem a habilitação ao casamento entre pessoas de mesmo sexo (vale registrar que essa decisão não ‘legaliza’ o casamento gay no País — para isso, seria necessária a aprovação de uma lei no Congresso Nacional — mas autoriza a celebração do casamento civil, direito já previsto a casais heterossexuais).

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) representa também avanço no tocante aos direitos LGBTI, pois em seus artigos 2º e 5º reconhece a existência de uniões homoafetivas femininas. A lei explicita que também merece proteção a mulher que sofre violência de sua companheira. Embora a lei se restrinja a matéria penal, o reconhecimento da existência de unidades familiares homoafetivas representou um avanço no conceito de família existente na lei brasileira.

Em 2003 o governo do Presidente Lula criou a Secretaria Especial de Direitos Humanos com status de ministério, como a Secretaria das Mulheres, que passou a tratar também dos direitos LGBTIs. Foi criado o Ligue 100 para denúncias de crimes contra esta população.

Em 2008, o governo federal publicou a *Portaria* nº 457 que previa a realização da cirurgia para mudança de sexo pelo SUS. As cirurgias eram proibidas no país até 1997. Em 2013, o Ministério da Saúde, por meio da *Portaria* nº 2.803, ampliou o processo transexualizador no SUS, aumentando o número de procedimentos ambulatoriais e hospitalares e incluindo procedimentos para redesignação sexual de mulher para homem.

Em 2010 vários direitos foram concedidos na Justiça, tais como: o direito de adoção de crianças por casais do mesmo sexo, de usar o “nome social” (nome pelos quais travestis e transexuais preferem ser chamados), de in-

cluir o companheiro ou companheira na declaração de Imposto de Renda, de receber pensão do INSS depois da morte do cônjuge. Em 2012 foram registradas novas concessões processuais: incluir o nome do cônjuge do mesmo sexo na identidade militar, permitindo acesso a todos os direitos e benefícios de um militar, como já ocorria em casais heterossexuais; benefício de licença-maternidade a um pai adotivo que vive em união estável homossexual.

Em 2016, o governo federal concedeu o direito ao uso do nome social e ao reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, por meio do Decreto nº 8727.

Se os direitos LGBTI têm sido amplificados no Brasil por meio de ações do Poder Judiciário e de governos federais, no Legislativo ainda há muitos obstáculos. Grupos religiosos têm pressionado o Poder Legislativo, quando tomam a trajetória acima descrita em termos de políticas públicas, tanto no que diz respeito aos direitos das mulheres quanto aos direitos LGBTI, por um alvo a ser combatido pois representa um processo de “destruição da família”, concebida como base da sociedade e da vida, como será tratado no item a seguir. Os movimentos por direitos acabam sendo identificados como inimigos. Às mulheres é atribuída a culpa pela “destruição da família” porque hoje buscam mais estudo, trabalho e atuação na sociedade, liderança de processos, controle da natalidade. Com isso grupos católicos e evangélicos opostos às políticas públicas pelos direitos de gênero, pregam que as mulheres retornem para dentro dos lares, para se casarem e viverem para agradar seus maridos e filhos. A população LGBTI é acusada de “destruir a família” por suas práticas sodomitas, pervertidas. É identificado também como inimigo o Partido dos Trabalhadores, o PT, por ter aberto o caminho para a ampliação desses direitos destrutivos. Estes conteúdos são frequentemente disseminados em espaços religiosos presenciais e em um extenso número de sites na internet, em programas religiosos de rádio e TV, com destaque para aqueles propagados por celebridades religiosas conservadoras (CUNHA, 2014).

É neste ponto que este estudo passa a se deter na ação política consequente deste movimento reacionário, a bandeira da “salvação da família, elemento imprescindível para o processo de resignificação do termo “gênero”, que passa a ser considerado como uma ideologia.

3 A bandeira da “salvação da família” e a criação da “ideologia de gênero”

A movimentação de grupos religiosos conservadores em torno das políticas de gênero se intensifica na campanha eleitoral de 2010, com a candidatura

de Dilma Rousseff à Presidência da República, mas ganhou potência a partir de 2013 com o caso em torno da escolha do deputado federal Pastor Marco Feliciano, como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CUNHA, 2013). Assumia-se o lema “em defesa da liberdade de expressão, liberdade religiosa, da família tradicional e da vida” para marcar posição contra o casamento gay, o aborto e o Projeto de Lei da Câmara nº 122/2006, que criminaliza a homofobia e está “congelado” na Câmara dos Deputados. A campanha ganhou força entre grupos religiosos também com a ação de pessoas ligadas à Frente Parlamentar Evangélica (FPE) que passaram a falar e disseminar materiais redigidos e em vídeo numa retórica do terror de que as famílias estão em risco por conta de ações governamentais federais.

A Manifestação pela Família Tradicional e a Liberdade de Expressão, em Brasília, em junho de 2013 deu mais visibilidade à campanha. A articulação liderada pelo Pastor-Presidente da Assembleia de Deus Vitória em Cristo Silas Malafaia contou com o apoio de grupos evangélicos de distintas denominações e de segmentos católicos romanos, além de parlamentares não-religiosos, como Jair Bolsonaro (PP, na época, hoje PSC). Dali em diante, tornou-se slogan eleitoral do PSC, que, embalado pelo apoio conservador a Marco Feliciano, no caso de 2013, decidiu lançar candidato próprio à Presidência da República em 2014, o Pastor Everaldo. Foi também mote de vários candidatos ao Legislativo nas eleições de 2014.

Estas pressões têm repercutido na atuação da bancada evangélica no Congresso Nacional e tomado a forma de projetos de lei conservadores ou de obstáculos a outros projetos na ampliação de direitos. Um dos textos conservadores em evidência é o Projeto de Decreto Legislativo nº 234/2011, conhecido como “Projeto da Cura Gay”. Ele foi apresentado pelo deputado federal evangélico, ex-presidente da FPE, João Campos (PSDB-GO) e propõe, em resumo, a anulação de uma resolução instituída pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), de 1999, para que psicólogos promovam tratamento com o objetivo de curar a homossexualidade. A OMS (Organização Mundial de Saúde) deixou de considerar a homossexualidade como doença, em 1990, por entender que qualquer orientação sexual deve ser vista como parte natural do desenvolvimento humano. O projeto, depois de muitos protestos, foi retirado de discussão pelo autor em 2013, mas em maio de 2014 foi reapresentado pelo deputado evangélico Pastor Eurico (PSB-PE). Outro texto destacado é o Estatuto da Família (Projeto de Lei nº 6583/2013), de autoria do deputado federal e pastor da Assembleia de Deus Anderson Ferreira (PR-PE). O projeto prevê a definição de família como a união exclusiva entre um homem e uma mulher.

Os grupos religiosos têm conseguido ainda trabalhar na Câmara dos Deputados para inviabilizar a votação de um projeto, o Projeto de Lei nº 122/2006, citado anteriormente, que torna a homofobia crime. Aprovado

na Câmara em 2006, arrastou-se em trâmite pelo Senado até dezembro de 2014, quando foi arquivado, por conta de ações lideradas pelo senador (evangélico) Magno Malta (PR-ES) e pelo senador (católico) Welinton Dias (PT-PI). Novo projeto foi apresentado à Câmara pela deputada Maria do Rosário (PT-RS), o PL nº 7582/2014, desde então em tramitação em comissões.

O Projeto de Lei nº 5069/13, do ex- deputado (evangélico) Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi aprovado em comissão em 2015. O PL visa à criação de dificuldades para a realização de abortos por mulheres vítimas de estupro, com a definição de exigência de boletim de ocorrência e de um exame de corpo de delito para, só então, a mulher ser atendida em uma unidade de saúde. O PL veta, ainda, que a mulher receba orientações sobre aborto legal e define que ela só poderá receber medicamentos que não forem abortivos (tendo como alvo é a pílula do dia seguinte). Há outros seis projetos correlatos aguardando discussão/ votação que, nitidamente, promove a criminalização das mulheres em torno do aborto.

Estas ações, entre outras que estão em tramitação, culminam com a proposição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 99/2011, do ex-presidente da FPE deputado João Campos (PSDB-GO), que inclui as associações religiosas de caráter nacional na lista de instituições autorizadas a questionarem regras ou leis junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). A PEC foi aprovada em comissão e aguarda votação em plenário.

Um destacado movimento reacionário deu-se no Congresso Nacional em sintonia com ações de lideranças religiosas evangélicas e católicas em oposição à inclusão do tema “gênero” como elemento transversal no Plano Nacional de Educação e nos Planos Estaduais e Municipais de Educação. É neste episódio que se consolida a popularização do termo “ideologia de gênero” com conotação pejorativa e altamente negativada, objeto deste estudo.

O Plano Nacional de Educação (PNE) e os Planos Estaduais e Municipais de Educação, amplamente debatidos por três anos, em diversos fóruns, com professores e distintos setores da sociedade destacaram a necessidade de um amplo financiamento da educação, e de trabalho educacional amplo de superação das desigualdades étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual experimentadas cotidiano das escolas.

O movimento reacionário desencadeado em torno dos Planos representou uma “cruzada”, assumida nas mídias pelo Padre da Igreja Católica Romana Paulo Ricardo de Azevedo Júnior — Arquidiocese de Cuiabá (MT). A ênfase era a oposição ao PL nº 8035/2010, de origem do poder executivo, que criava o PNE para os próximos 10 anos.

Padre Paulo Ricardo foi o propagador do termo “ideologia de gênero”, criado em ambiente católico-romano. O termo já vinha sendo utilizado em conferências episcopais católicas desde 1998, de acordo com o Arcebispo Católico do Rio de Janeiro D. Orani Tempesta, que define “gênero” como “uma nova técnica [marxista], idealizada, em conjunto com fundações internacionais, pelos partidos de esquerda que pretende, utilizando o sistema escolar, abolir a família como instituição social” (SOUZA, 2014). “Ideologia de gênero” tornou-se nova expressão de efeito, em guerras verbais explicitadas em espaços midiáticos por católicos e evangélicos, cunhada para tratar pejorativamente a noção e os direitos de gênero.

O Padre Paulo Ricardo escreveu em seus espaços midiáticos:

O sistema educacional brasileiro será transformado em uma máquina armada para a demolição e a destruição da família natural. É a nova revolução socialista de que o PT, orientado por organizações internacionais, é atualmente o principal protagonista no Brasil. Se o Plano for aprovado, nos próximos dez anos nossos filhos serão educados segundo a nova ideologia de gênero. (...) “Todos os alunos serão obrigados a aprender como sexualidade normal todas as formas de vida sexual que não possuem qualquer relação com a formação de uma família fundamentada na união entre um homem e uma mulher (URGENTE, 2014).

Em sintonia, o Pastor Silas Malafaia, publicou inúmeras mensagens sobre o tema em seus espaços midiáticos, como em sua conta no Twitter, em 14 de março de 2014:

Toda a “cruzada” foi fundada na “defesa da família tradicional”. Em 2012, já havia sido instituído o Dia Nacional de Valorização da Família, 21 de outubro, resultado da aprovação do Projeto de Lei (PL) 3.905/2008, do deputado Leandro Sampaio (PPS/RJ). Em sessão solene em homenagem à criação da data, realizada na Câmara dos Deputados em 20 de novembro de 2012, foi proferido discurso pelo pastor Silas Malafaia, a convite do deputado André Moura (SE), líder do PSC na época. Além de valorizar a família tradicional formada por homem, mulher e filhos, como instituição divina, Silas Malafaia reafirma o modelo patriarcal como o que deve ser defendido: “(...) Deus cria uma organização nessa instituição chamada família, coloca o homem como autoridade” (*apud* KOREN, 2015, p. 13).

O pastor aproveita para denunciar, em seus espaços nas mídias, a existência de grupos inimigos desse modelo, como os movimentos feministas:

tem algumas feministas que se assustam quando a gente fala que a autoridade pertence ao homem e elas não sabem definir o que significa autoridade. (...) E agora querem destruir as figuras da família, a desconstrução da heteronormatividade e a desconstrução dessa família nuclear. E nós vamos ver o que vai acontecer nas gerações futuras, o desarranjo social (*apud* KOREN, 2015, p. 13).

Várias mídias religiosas, alinhadas com os grupos que lideram tais processos, repercutiram estas abordagens. Inúmeros espaços midiáticos evangélicos e católico-romanos (mídias noticiosas, páginas e contas em mídias sociais) reproduziram o conceito de “ideologia de gênero” defendido pelas lideranças religiosas conservadoras, como explicitado nesta matéria publicada pelo portal de notícias Gospel Mais, e amplamente repercutida por vários sites e blogs religiosos:

A ideologia de gênero, em resumo, prega que a identidade sexual de uma pessoa seja construída a partir de suas experiências sociais, culturais e afetivas, e não a partir de sua constituição biológica. Na prática, isso significa dizer que, se implementada nas escolas, os alunos passariam a aprender que ser homem ou mulher é uma escolha pessoal, devendo assim, decidirem como querem ser tratados. (...) A ideologia de gênero, contrariamente ao que dizem seus ativistas, não tem por finalidade combater a discriminação contra minorias. Ela tem origem no movimento marxista e tem por finalidade abolir a instituição familiar da estrutura social. É doutrina de Marx a noção de que a primeira de todas as opressões é constituída pela própria família, e que, sem a abolição da família, não poderá ser levada adiante a revolução comunista. Esta doutrina foi claramente exposta no último livro escrito por Marx, intitulado ‘A Origem da Família, da Propriedade e do Estado’, finalizado postumamente por [Friedrich] Engels”, afirmou o especialista Alberto Monteiro (GOVERNO, 2015).

A “ideologia de gênero” torna-se um inimigo poderoso a ser combatido e os espaços de comunicação digital (sites, blogs e mídias sociais), especialmente, se configuram campos de batalha (SOUZA, 2014). Chama a atenção também, o amplo espaço dado nas grandes mídias (não-religiosas) ao tema, a garantia de voz aos religiosos conservadores. O termo “ideologia de gênero” acaba sendo assumido e consolidado pelo noticiário, até mesmo de jornais considerados avançados como a Folha de S. Paulo.

Por exemplo, a Folha publicou matéria em 1 de abril 2016, na seção “Cotidiano”, intitulada “Palmas proíbe discussão sobre ideologia de gênero em sala de aula”. Também o jornal O Estado de São Paulo noticiou em 3 de junho de 2016, na seção “Brasil”: “Uberaba, em Minas, faz cartilha contra ideologia de gênero”. Na mesma linha o jornal O Estado de Minas intitula “Ideologia de gênero provoca bate-boca na Câmara de Belo Horizonte” a matéria publicada na seção “Política”, em 25 de setembro de 2015. Igualmente o Jornal do Brasil, em sua seção “País”, em 9 de novembro de 2015 noticiou “Educação debate aplicação da ideologia de gênero e orientação sexual no PNE”. Note-se que nos títulos (parte de uma notícia que é mais lida pelo público e pelo qual boa parte dele retém o conteúdo das matérias) não há sequer o uso de aspas para “ideologia de gênero”, o que denota a afirmação que os veículos de mídia noticiosa fazem do termo, acreditando-o.

A ofensiva conservadora nesta frente teve efeito a ponto de o Congresso Nacional ter reprovado a inserção da temática de gênero no PNE. Ocorreu ainda de deputados de oito estados, dos 13 que sancionaram seus Planos Estaduais de Educação até junho de 2015, terem retirado a referência a gênero do texto.

4 “Ideologia de gênero”: uma ideologia

Como abordado acima, gênero é uma categoria científica e analítica que busca compreender o significado de ser homem e ser mulher para além de categorias fixas e pré-determinadas na história. Ela responde à uma postura social crítica à cultura patriarcal, que opõe injustamente homens e mulheres e consolidou sociedades androcêntricas opressivas das pessoas e suas respectivas identidades que estão para além da anatomia. Foi visto também que movimentos religiosos defensores da cultura patriarcal, atuam no Brasil pelo impedimento da consolidação e do avanço de políticas públicas que respondam aos desafios em torno da justiça de gênero. A bandeira de “salvação da família” e a disseminação do termo “ideologia de gênero” são elementos deste processo em curso no país.

É possível interpretar essa consolidação da compreensão de “gênero” dos grupos religiosos conservadores como “ideologia” em negação da sua identificação como “categoria científica”, pelo viés das construções imaginárias em torno de toda esta dinâmica.

O imaginário é um componente da existência humana como experiência marcadamente social, que dá sentido à vida coletiva e é ressignificado por ela, tornando-se um elemento em permanente construção. Imaginário é a elaboração coletiva da coleção de imagens formada pelo ser humano de tudo o que ele apreende visualmente e experiencialmente do mundo (CUNHA, 2011, p. 38). Ele é, pois, socializado por processos de comunicação por meio dos quais o ser humano interage, de forma interpessoal e massiva, mediada ou não.

Componente marcadamente fundamental a estes processos é a linguagem que, de forma verbal ou não-verbal, significa a forma de o ser humano manifestar pensamento e sentimentos, o mundo objetivo e o subjetivo. Graças à Linguística, de Ferdinand Saussure, à Semiótica, de Charles Peirce, e à Teoria do Discurso, de Michel Pêcheux, e seus desenvolvimentos, é possível compreender a linguagem como um sistema estabelecido pelo ser humano, cujos componentes são os signos (tudo aquilo que significa) que, relacionados, formam um repertório, o instrumento pelo qual o ser humano interage, estabelece diálogo e atribui sentido à realidade.

Interessa aqui atentar para a linguagem verbal como expressão do imaginário nos processos comunicacionais cotidianos, a fim de identificar o seu lugar destacado na socialização de significações imaginárias, de modos de ver/interpretar o mundo, a vida.

Os desenvolvimentos dos estudos da linguagem ensinam que se referir a ela é tratar de algo muito mais complexo do que a um sistema de expressão do pensamento composto de signos ou de regras formais: linguagem é produção, é trabalho, e, como tal é mediação entre o ser humano e a realidade social na qual está inserido. Esta noção é uma das significativas contribuições que os teóricos da linguagem e do discurso oferecem para os estudos da comunicação e que desafia à busca da compreensão dos sentidos que são construídos no cotidiano. O filósofo russo Mikhail Bakhtin se destaca nesse campo de estudos, tornando-se referência, a partir de ideias que expressam que:

a comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta. (...) As relações sociais evoluem (em função das infra-estruturas), depois a comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem em consequência da interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua (1988, p. 124).

Daí a compreensão de que, sendo parte da construção social, a linguagem é modificada de acordo com as mudanças na vida social, e isto se dá a partir das próprias necessidades da vida coletiva. Por isso, para Bakhtin, o “centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo” (1988, p. 121). O filósofo Russo, enfim, afirma:

É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica. (...) A palavra é capaz de registrar as faces transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (BAKHTIN, 1988, p. 31).

Esse princípio leva à noção de que o sentido da palavra não está na palavra mesma mas na sociedade que dela se utiliza. Segundo Adam Schaff, a palavra não se origina em si mesma e não se desenvolve de maneira natural, “sem a ingerência do processo social da educação” (1974, p. 254). Isto significa que o indivíduo, ao nascer, já recebe, no aprendizado da linguagem, os conceitos (significações imaginárias) construídos em sociedade e a partir deles elabora as palavras e, por sua vez, os discursos.

Cada língua contém em si “uma visão de mundo” definida, um esquema ou um estereótipo determinado da intuição do mundo das coisas. (...) A lingua-

gem influencia o nosso modo de percepção da realidade. (...) [Ela], que é um reflexo específico da realidade, é também, em certo sentido, a criadora da nossa imagem do mundo. (SCHAFF, 1974, p. 254).

Michel Pêcheux introduz este tema em suas reflexões quando afirma que o sentido de uma palavra ou de um conjunto de palavras não está em si mesmo mas é o resultado das posições ideológicas presentes no processo sócio-histórico: “as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (1988, p. 60). Por isso é que é possível afirmar que linguagem é construção: é o produto conjunto “do conhecedor e do conhecido” no qual o papel do enunciatário é seletivo e ao mesmo tempo criativo. (LIPPMANN, 1972, p. 50).

Por ser uma construção social imaginária, toda palavra carrega consigo um juízo de valor, isto é, resulta das imagens formadas no indivíduo e no coletivo, que representam sua visão de mundo, sua interpretação da realidade, sua ideologia. Quando as palavras são recebidas pelo indivíduo são recebidas com marcas. Bakhtin usa, para explicar esse processo, a imagem de um espelho: o signo linguístico, no caso a palavra, seria como um espelho que reflete (reproduz) a ideia de alguma coisa e, por sua vez, refrata alguma coisa, “uma outra realidade que lhe é exterior”. Daí ser parte de processo ideológico (do imaginário coletivo) pois “tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo” (BAKHTIN, 1988, p. 30-31).

O filósofo prossegue na reflexão indicando que “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (BAKHTIN, 1988, p. 41). E é no cotidiano que esses fios são tecidos por meio das palavras. Esta constatação levou Bakhtin a trabalhar com a noção de “ideologia do cotidiano”, pois a totalidade da atividade mental está centrada sobre a vida cotidiana, assim como a expressão do pensamento, que a ela se liga. A “ideologia do cotidiano” “constitui-se o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência” (BAKHTIN, 1988, p. 118).

Maria Aparecida Baccega desenvolve o conceito de Bakhtin expondo o cotidiano como um espaço privilegiado para as manifestações ideológicas:

É no cotidiano que se têm jogado as “partidas” decisivas da dominação. Não apenas por ser o espaço privilegiado onde as pessoas estão menos “armadas” para a sua própria defesa, mas também porque sem essa seiva contínua os sistemas constituídos não se mantêm. O cotidiano tem sido o espaço privilegiado de atuação dos meios de comunicação. A mediação feita pela palavra e que nos chega pronta no ‘recorte’ que recebemos está sendo atualizada, a cada

momento da vida cotidiana, na práxis. (...) As manifestações da vida cotidiana são manifestações da consciência e da ideologia que foram formadas (do exterior para o interior, no âmbito de uma determinada classe social e de uma camada ou grupo) em cada indivíduo/sujeito. Ocorre que, em cada manifestação há uma refração (maior ou menor) da ideologia conformada – isto é a ideologia do cotidiano” (1998, p. 86).

Desafio para a compreensão deste processo na sociedade é conhecer como se produzem esses sentidos que se dão por evidentes e definidos.

Nessa perspectiva, a ideologia pode ser compreendida como a direção nos processos de significação, direção esta que se sustenta no fato de que o imaginário que constitui as relações discursivas (em uma palavra, o discursivo) é político. (...) A ideologia não é dissimulação mas interpretação de sentido (em uma direção). Não se relaciona à falta mas, ao contrário, ao excesso: é o preenchimento, a saturação, a completude que produz o efeito da evidência porque se assenta sobre o mesmo, o “já-lá” (...) O processo ideológico, no discursivo, está justamente [na] injunção a *uma* interpretação que se apresenta sempre como *a* interpretação. Esse é um dos princípios básicos do funcionamento da ideologia, apreendido pelo discurso (ORLANDI, 1990, p. 36).

Daí os silêncios estudados por Eni Orlandi como integrantes da construção do discurso: “As palavras e o silêncio que as acompanha (porque são políticas) significam quase sempre o que pretendem não significar. É só procurar que a gente acha o que uma palavra ‘diz’ quando é usada para não dizer outra coisa ou não deixar significar essa outra coisa” (*Ibid*, p. 236).

Apesar de esta orientação social dos discursos não dever ser vista tão somente numa perspectiva negativa (ideologias são necessárias para a construção mental, as “visões de mundo”, tanto individuais quanto coletivas), em relação a essa “submissão” social do indivíduo, Agnes Heller alerta para o risco de conformismo no processo:

A estrutura pragmática da vida cotidiana tem consequências mais problemáticas quando se coloca em jogo a orientação nas relações sociais. Na maioria das vezes, embora decerto nem sempre, o homem costuma orientar-se num complexo social dado através das normas, dos estereótipos (e, portanto, das ultrageneralizações), de sua integração primária (sua classe, camada, nação). No maior número dos casos, é precisamente a assimilação dessas normas que lhe garante o êxito. Essa é a raiz do conformismo. Todo homem necessita, inevitavelmente, de uma dose de conformidade. Mas essa conformidade converte-se em conformismo quando o indivíduo não aproveita as possibilidades individuais de movimento objetivamente presentes na vida cotidiana de sua sociedade, caso em que as motivações da conformidade da vida cotidiana penetram nas formas não cotidianas de atividade, sobretudo nas decisões morais e políticas, fazendo com que essas percam o seu caráter de decisões individuais. No mais das vezes, essas duas manifestações de conformismo aparecem juntas (HELLER, 1989, p. 46).

Nesse ponto, interessa retomar o que já havia dito Bakhtin, que a palavra é “uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros”, na perspectiva de que a palavra é “o território comum do locutor e do interlocutor” (1988, p. 113). Este princípio tornou possível afirmar que a linguagem é mediadora entre o que é social, aquilo que é transmitido coletivamente, e o que é individual, elaborado no próprio pensamento individual.

Pode-se aqui, refletir sobre o papel dos meios de comunicação neste processo, pois reproduzem o imaginário social nas suas veiculações, resignificando-o, “amplificando-o” e, por conseguinte, recriando-o. Baccega assim aborda esta questão:

a visão da população, a construção do seu ponto de vista tem sido realizada pelos meios de comunicação, pois o mundo passa a ter sentido a partir deles. O mundo que conhecemos, e a partir do qual pensamos, é, portanto, o mundo editado que chega até nós e de cuja edição não participamos (...). A comunicação exerce hoje o papel central para onde convergem os conflitos que ali trabalhados, ‘espetacularizados’, resignificados, etc, acabam por fazer dos meios de comunicação uma importante instituição que ‘leva a pensar’, que ‘educa’. (...) Os discursos hoje foram reconfigurados, os meios os amplificam para todo o mundo, e a comunicação passou a ser uma das instituições que ‘levam a pensar’, sobretudo pela aura de conhecimento agregada à informação. (BACCEGA, 1998, p. 112, 116, 118).

Estabelecido este assento teórico que coloca a linguagem em destaque na produção social de sentidos, na construção do imaginário social, é possível compreender as transformações conceituais instituídas socialmente pelo uso do termo “ideologia de gênero” pelos grupos religiosos conservadores no Brasil.

Retomando-se o que diz Eni Orlandi, como as palavras são políticas, ao serem ditas também têm um silêncio que as acompanha. Ao se dizer “ideologia de gênero” recupera-se uma noção negatizada de ideologia, tomada como “manipulação”, e silencia-se a cientificidade do termo e as múltiplas possibilidades de abordagem em torno dele originadas nas ciências que o estudam.

Apesar da noção de ideologia ter origem na Revolução Francesa (século XVIII), relacionada a uma ciência da gênese das ideias, é no século XIX e XX, com as compreensões de Karl Marx e Fredrich Engels, que ela será configurada como inversão das relações entre as ideias e o real – ideias desconectadas da realidade. Os filósofos do Capital, tratam o termo como um conjunto de ideias que procura ocultar a sua própria origem nos interesses sociais de um grupo particular da sociedade (CHAUI, 2008). Ideologia é, desta forma, compreendida como sinônimo de falsa consciência, ilusão, fonte de manipulação.

Nestes termos, se é ideologia é nociva. Este revela-se ser o sentido interpretado pelos grupos religiosos conservadores que nada têm de marxistas, mas se apropriam do sentido comum construído. Portanto, gênero é nomeado como ideologia para significar a representação do que se interpreta ser o interesse oculto de feministas e LGBTIs: por meio de leis e práticas que lhes garantem direito ao controle do próprio corpo e auto-identificação para além da anatomia, buscariam a destruição da família tradicional formada por homens e mulheres acasalados e filhos por eles gerados.

Ao tratar “gênero” desta forma, os grupos católicos e evangélicos conservadores, representados no Congresso Nacional, constroem uma ideologia que dá sentido ao combate às políticas públicas inclusivas para mulheres e LGBTIs. Como diz Orlandi, a ideologia não é dissimulação mas interpretação de sentido numa direção específica – é sempre interpretação que se assenta no mesmo, o “já-lá”, neste caso, a cultura patriarcal.

No que diz respeito às mídias noticiosas, que dão crédito ao termo imaginado e disseminado pelo não uso de aspas quando da sua menção é possível relacionar aqui o que já foi indicado em outros estudos no tocante ao intercâmbio religião-política-mídias (CUNHA, 2016). Este intercâmbio dá-se no terreno da ideologia, marcada pelo conservadorismo religioso e midiático, ocorrendo o que Max Weber nominou “afinidades eletivas” (WEBER, 2014). Segundo o estudioso da religião, para a consolidação do capitalismo foi fundamental o intercâmbio deste com a cultura religiosa protestante puritana de matriz calvinista. Isto foi possível pelo fato de o protestantismo possuir afinidades (simpatia, similaridades) eletivas (escolhas) com o capitalismo. O protestantismo ascético era marcado por forte tendência à racionalidade, ética baseada no trabalho um fim em si mesmo, e era condescendente com a usura nas relações comerciais – valores fortemente presentes no capitalismo. Esta noção torna possível identificar a afinidade eletiva entre as mídias noticiosas e os grupos religiosos conservadores: o que se diz parte de uma autoridade religiosa, e é originada do catolicismo hegemônico de viés tradicionalista, com o qual os produtores de notícias têm afinidade (o “já-lá”), portanto, torna-se uma verdade a ser valorizada.

A título de conclusão

O caso aqui estudado é um extrato de um universo muito mais amplo de produções e interações que expressam os ecos do conservadorismo religioso em evidência no Brasil dos anos 2010.

Este conservadorismo expresso nos espaços da política e das mídias parece estar dentro de um contexto de fortalecimento de posturas con-

servadoras na esfera pública brasileira, observado nos recentes movimentos pró-impeachment da Presidente Dilma Rousseff, no período de 2014 a 2016, com grupos demandando intervenção militar, livre posse de armas, e explicitando apoio à candidatura à Presidência da República do deputado federal ultra-conservador Jair Bolsonaro (PSC-RJ). Com discursos dentro do ideário da moral cristã (contra o aborto e o controle da natalidade e a favor da assistência psicológica a homossexuais) e de princípios caros ao liberalismo na política e na economia (Estado mínimo e elogios ao livre mercado), as personagens religiosas em destaque têm captado apoios para além do círculo religioso com o mote “é preciso salvar a família”. Na visão destas lideranças a família está sob a ameaça dos movimentos civis por direitos sexuais e enfrentamento da violência sexual, reforçados pelas ações do governo federal, desde que o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu em 2002 com abertura de mais espaços para legislação que responda a essas demandas. Alguns apelos ainda tomam como ingrediente uma possível ameaça de o comunismo tomar conta do Brasil. Segundo esses discursos, este seria o verdadeiro propósito de governos do PT.

Todo este processo tem a mediação das mídias no Brasil, que historicamente têm um alinhamento com valores e políticas conservadoras, dado o perfil dos seus proprietários, e que, pelo menos na última década, em especial na cobertura noticiosa, tem dado amplo espaço para analistas e comentaristas defenderem abertamente essas perspectivas, como é o exemplo de Arnaldo Jabour, Alexandre Garcia e Merval Pereira, nas Organizações Globo; Reinaldo Azevedo, na revista *Veja*; José Luiz Datena e Boris Casoy, no Grupo Bandeirantes; Marcelo Rezende, na Rede Record; Luiz Pondé, na TV Cultura; e mais recentemente, Rachel Sheherazade, no SBT. Soma-se neste quadro elemento significativo: a identificação de não poucos casos de racismo em estádios de futebol e em inúmeras postagens em mídias digitais

As celebridades religiosas midiáticas, responsáveis pela disseminação desses conteúdos, são portadoras de crédito do público cristão, formadas nas bases do catolicismo tradicional e do protestantismo fundamentalista e puritano, e, portanto, alçadas ao caráter de autoridades religiosas. São personagens de um processo sem precedentes na vida do país. Isso porque a pregação da moralidade religiosa conservadora em relação à sexualidade e ao corpo de mulheres e homens rompe as fronteiras das comunidades religiosas e ganha o espaço da política, com plataformas baseadas na retórica do terror (“querem acabar com a família”) pelo impedimento da garantia de direitos sexuais e reprodutivos e de ações de enfrentamento da violência de gênero.

Ademais, o apelo ao discurso de que a instituição família está sob ameaça bem como os seus filhos, sob “ataque” das feministas e dos gays, reflete

o que Richard Miskolci (2007) indica em suas pesquisas: a reação desse setor conservador aciona um “mecanismo de resistência e controle da transformação societária conhecido como pânico morais”. O pesquisador explica que os mecanismos emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as que são percebidas como imprevistas e talvez, por isso mesmo, se tornem ameaçadoras:

A política simbólica que estrutura os pânico morais costuma se dar por meio da substituição, ou seja, grupos de interesse ou empreendedores morais chamam a atenção para um assunto, porque ele representa, na verdade, outra questão. Um exemplo é a descriminalização da homossexualidade, que obrigou àqueles que gostariam de denunciá-la como imoral a encontrar outras formas, dentre as quais se destaca o ressurgimento do temor da pedofilia. A partir desse caso, é possível perceber que todo pânico moral esconde algo diverso e, ao invés de aceitar um temor social como dado, o pesquisador precisa desvelar o que reside por trás do medo (MISKOLCI, 2007, p. 114).

Esta abordagem contribui com a reflexão quanto às reverberações dos discursos dos grupos religiosos conservadores: não são inventados ou exclusivos das forças reconhecidamente conservadoras entre os religiosos, mas respondem ao imaginário compartilhado por setores sociais mais amplos. Isto é acionado no campo da política com vistas a alcançarem sucesso no embate em que estão envolvidos e são marca dos anos 2010. São movimentos da dinâmica sociopolítica e religiosa midiaticizada que vão marcar novas tendências e merecem ser acompanhados nos tempos por vir.

Referências

- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BACCEGA, M. A. *Comunicação e linguagem: discursos e ciência*. São Paulo: Moderna, 1998.
- BAKHTIN, M; *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BURITY, J.; MACHADO, M. D. C. (Ed.). *Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana, 2006.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CUNHA, M. N. Religião e Política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. *Perseu. História, Memória e Política*, v. 7, n. 11, p. 147-168, fev. 2016. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/6.Perseu11.CUNHA%20Magali.pdf>>. Acesso em: 1 mai. 2017.
- _____. O lugar das mídias no processo de construção imaginária do “inimigo” no caso Marco Feliciano. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 10, n. 29, p.

51-74, set-dez 2013. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/607>>. Acesso em: 1 mai. 2017.

CUNHA, M. N. Gênero, religião e cultura: um olhar sobre a investida neoconservadora dos evangélicos nas mídias no Brasil. In: SOUZA, S. D.; SANTOS, N. P. *Estudos feministas e religião: tendências e debates*. Curitiba: Prismas/Metodista, 2014, p. 101-126.

_____. Da imagem à imaginação e ao imaginário: elementos-chave para os estudos de comunicação e cultura. In: BARROS, L. M. *Discursos midiáticos: representações e apropriações culturais*. São Bernardo do Campo: Metodista, 2012, p. 33-48.

GOVERNO ignora decisão do Congresso e tenta obrigar o ensino da ideologia de gênero nas escolas. *Gospel Mais*, 24 jun. 2015. Disponível em <<http://noticias.gospelmais.com.br/escolas-governo-tenta-obrigar-ensino-ideologia-de-genero-77498.html>>. Acesso em: 1 mai. 2017.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KOREN, J. C. Associação Vitória em Cristo: religião, mídia e política. In: *Colóquio Internacional: Marx e o Marxismo 2015: insurreições, passado e presente*, 2015. Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo – Universidade Federal Fluminense. Anais. Niterói: UFF, 2015. Mesa coordenada 87. Disponível em: <<http://www.niepmarx.com.br/MM2015/anais2015/mc87/Tc873.pdf>>. Acesso em: 1 mai. 2017.

LIPPMANN, W. Estereótipos. In: STEIBERG, C. (Ed.). *Meios de comunicação de massa*. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

MACHADO, M. D. C. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 101-128, jan.-jun. 2007.

MORAES, M. L. Q. Usos e limites da categoria gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 99-105, 1998.

ORLANDI, E. *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Edunicamp, 1988.

PÉRONNET, M. *A Revolução Francesa em 50 palavras*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SANTOS, C. M. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 89, p. 153-170, 2010.

SCHAFF, A. *Linguagem e conhecimento*. Coimbra: Almedina, 1974.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20/2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 1 mai. 2017.

SCOTT, J. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 11-27, 1994.

SOUZA, S. D. Não à ideologia de gênero!. A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. *Estudos de Religião*, v. 28, n. 2, p. 188-204, jul.-dez. 2014.

URGENTE: Congresso pode aprovar a ideologia de gênero como meta da educação. *Blog Christo Nihil Praeponere: a nada dar mais valor do que a Cristo*, 10 mar. 2014. Disponível em: <<https://padrepauloricardo.org/blog/urgente-congresso-pode-aprovar-a-ideologia-de-genero-como-meta-da-educacao>>. Acesso em: 1 mai. 2017.

Artigo submetido em 05.05.2017 e aprovado em 25.07.2017.

Magali do Nascimento Cunha é doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo/Escola de Comunicação e Artes (2004). Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo.

Endereço: Rua Londrina, 509
Rudge Ramos
09635-100 São Bernardo do Campo – SP
magali.ncunha@gmail.com